

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde
Enfermagem

GEOVANNA RANEL
MARIANA SCIGLIANO DE LIMA

**O DESAFIO DA AMAMENTAÇÃO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE
CÁRCERE: REVISÃO INTEGRATIVA**

SÃO PAULO, SP
2021

GEOVANNA RANEL
MARIANA SCIGLIANO DE LIMA

**O DESAFIO DA AMAMENTAÇÃO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE
CÁRCERE: REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do título de
Bacharel em Enfermagem no Curso de
Graduação em Enfermagem da Universidade
São Judas Tadeu.

Orientador: Prof^a. M^a. Léia Alves Kaneto.

SÃO PAULO, SP
2021

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente a Deus, por não largar a minha mão e guiar os meus caminhos até o dia de hoje. Agradeço aos meus pais, Edileuza e Daniel, quando me faltou voz eles falaram por mim, quando me faltou coragem eles foram a minha motivação, nada disso seria possível sem o apoio, carinho e sacrifícios enfrentados por vocês, ao meu irmão Fellipe, que sempre me ajudou, muita das vezes sem nem mesmo perceber o bem que estava me fazendo, ao Fernando, responsável por me lembrar o quão capaz sou de ir além, à minha família, que foram os meus ajudadores e nunca deixaram de acreditar em mim. Agradeço à minha amiga Mariana Scigliano, por me deixar construir lembranças ao seu lado, partilhar momentos e dividir histórias, espero sempre poder acrescentar uma nova página à nossa amizade. Aos professores que fizeram parte da minha formação, e com carinho especial a Léia Alves Kaneto, orientadora desse projeto e inspiração profissional, obrigada por sempre nos acolher com um sorriso no rosto e nunca deixar de nos incentivar. E por fim, ao meu tio Ezequiel e meu primo Adriano, vocês se tornaram estrelas no céu enquanto esse trabalho era desenvolvido, iluminem esse mundo daí, que eu cuidarei dos seus daqui, obrigada por tudo.

- Geovanna Ranel

Agradeço primordialmente a minha família, por estes serem a minha base e sempre me apoiarem em toda a minha jornada. A minha mãe Vera Regina, que desde sempre acreditou em mim e que sempre me guiou para o melhor caminho, aos meus irmãos que são grandes exemplos e inspirações para mim, a minha princesa Sophia Scigliano que me mostrou o verdadeiro significado da vida e me deu forças para continuar, ao meu grande companheiro de vida Rafael Sinkiti que sempre esteve ao meu lado nos momentos bons e ruins e que nunca desistiu de mim, aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado. Agradeço imensamente a minha dupla Geovanna Ranel, pela cumplicidade e a amizade em todos esses anos, você foi uma peça essencial nesta caminhada e espero te levar para o resto da minha vida. A todos os professores que participaram da minha formação, em especial a nossa orientadora Léia Alves Kaneto que nos encorajou e inspirou em um momento tão importante de nossas vidas, e que dispôs do seu tempo para nos acolher com muito carinho e dedicação.

- Mariana Scigliano de Lima

“O que vale não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”

- Cora coralina.

RESUMO

Introdução: O aleitamento materno é um direito indiscutível à mulher independente do cenário, o que se aplica igualmente àquelas que estão em privação de liberdade. Todavia, as mulheres que estão em ambiente carcerário enfrentam desafios que impactam na amamentação. **Objetivo:** Verificar e compreender quais são as dificuldades enfrentadas no processo de amamentação por mães que se encontram presas no sistema carcerário. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, desenvolvida na Universidade São Judas Tadeu, na cidade de São Paulo. As bases de dados utilizadas para levantamento dos estudos foram: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). **Considerações Finais:** As dificuldades atreladas ao processo de amamentação se originam a partir de fatores políticos, assistenciais e sociais, sendo necessário o preparo dos profissionais da saúde para atender essa população, bem como contribuir para o estabelecimento da garantia dos direitos das mulheres que estão no sistema prisional.

Descritores: Aleitamento materno. Prisões. Relações mãe-filho. Saúde da mulher.

ABSTRACT

Introduction: Breastfeeding is an indisputable right for women regardless of the setting, and it applies equally to those who are deprived of liberty. However, women in a prison environment face intrinsic factors that impact of breastfeeding. **Objective:** To verify and understand what are the difficulties faced in the breastfeeding process by mothers who are trapped in the prison system. **Methodology:** This is an integrative review, developed at Universidade São Judas Tadeu, in the city of São Paulo. The databases used to survey the studies were: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (Lilacs) and Scientific Electronic Library Online (SciELO). **Final considerations:** The difficulties linked to the breastfeeding process originate from political, assistance and social factors, requiring the preparation of health professionals to serve this population, as well as the guarantee of the rights of women who are in the prison system.

Descriptors: Breastfeeding. Prisons. Mother-child relationship. Women 's health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM: Aleitamento Materno.

BVS: Biblioteca Virtual em Saúde.

CRGPL: Centro de Referência à Gestante Privadas de Liberdade.

DeCS: Descritores em Ciências da Saúde.

LILACS: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde.

PNAMPE: Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.

RI: Revisão Integrativa.

SCIELO: Scientific Electronic Library Online.

UBS: Unidade Básica de Saúde.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma do processo de obtenção de corpus	13
Quadro 1 - Síntese dos artigos selecionados	14

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 JUSTIFICATIVA	10
3 OBJETIVO	11
3.1 OBJETIVO GERAL.....	11
3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO	11
4 MÉTODO	12
5 RESULTADOS	14
6 DISCUSSÃO	17
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

O primeiro alimento que deve ser ofertado à criança é o leite materno, sendo este capaz de proporcionar ampla proteção para o organismo, prevenindo doenças durante a infância e a vida adulta (MEDEIROS et al., 2020). De acordo com o Ministério da Saúde, é preconizado o aleitamento materno exclusivo até os seis primeiros meses de vida, podendo se estender até aos dois anos de vida ou mais (BRASIL, 2020).

O processo de aleitamento materno confere a lactante inúmeras vantagens, como: contribuir para a involução uterina em curto espaço de tempo durante o puerpério, reduzir as chances de desenvolvimento de câncer de mama e colo de útero, auxiliar na perda de peso, além de não impactar no orçamento familiar, pois é gratuito. Somando-se a isto, verifica-se que o bebê também usufrui de benefícios perante o processo de amamentação, como: combater à fome e desnutrição, assegurando a situação alimentar e nutricional da criança, diminuir o risco de doenças como alergias, infecções, diarreias, doenças respiratórias e otites, assim como as reduções de obesidade, diabetes mellitus tipo 2, diminuir as taxas de mortalidade infantil e internamentos hospitalares (MORAES et al., 2020).

A amamentação, bem como o acesso à saúde, é um direito da mulher, sendo estes instituídos na Constituição Brasileira (Brasil, 1988) e na Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 1990). Todavia, esses conceitos debatidos condizem apenas às mulheres que desfrutam de sua liberdade nos âmbitos físico e jurídico, desconsiderando, portanto, a existência de mulheres presidiárias, que enfrentam preconceitos e alcance reduzido de informações sobre os seus direitos relacionados ao aleitamento materno (FERREIRA et al., 2017).

A taxa de mulheres em privação de liberdade tem crescimento relevante ao redor do mundo e conseqüentemente se expande o número de gestantes e nutrizas em situação de cárcere. Aproximadamente 37.380 mulheres estão encarceradas no Brasil, ocupando o quinto lugar mundial, que corresponde a 6,4 % da população prisional. O número de mulheres em privação de liberdade aumentou 567% entre os anos de 2000 e 2014 (GUIMARÃES et al., 2018). Os principais fatores que levam a mulher para o mundo do crime, são: tráfico de drogas, escassez dos recursos financeiros, busca de autonomia, sobrevivência, intimidação, desemprego, tentativa

de fornecer amparo familiar e manipulação dos seus companheiros (MATOS; SILVA & NASCIMENTO, 2019).

Instituído pela Portaria Interministerial nº 1777, de 09 de setembro de 2003, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário condiz à política inicial que torna a realização de pré-natal, controle de câncer cérvico-uterino e de mama como serviços indispensáveis para a mulher em situação de cárcere. Por muitos anos, não houveram debates acerca da maternidade no âmbito prisional, no entanto em 2009 foi estabelecido a Lei 11.942, sendo esta responsável por modificar a Lei de Execução Penal de 1984 (CHAVES & ARAÚJO, 2019). Esta lei salienta os direitos das mulheres presidiárias e sobretudo a necessidade de serviços diversificados e especializados no cuidado materno-infantil, assegurando um ambiente qualificado para as crianças no sistema prisional e conservando o convívio mãe-filho (SANTOS et al., 2017).

Para que as mulheres desprovidas de liberdade possam obter determinados direitos e respaldos referentes ao pós parto e amamentação, a Portaria Interministerial nº. 210, de 16 de janeiro de 2014, por meio da PNAME (Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional) prevê o respeito ao período mínimo de amamentação e de convivência da mulher com seu filho, bem como proporcionar um local adequado para estimular e preparar a gestante e à puérpera para o aleitamento materno (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Entretanto, o suporte legalístico vem se mostrando insuficiente, na medida que inúmeros trabalhos enfatizam a sua ineficácia e apontam as condições inexistentes para uma convivência adequada entre mãe e filho que se encontram em processo de amamentação, propagando assim, um déficit em todo o ciclo de aleitamento materno no sistema carcerário e tratando o momento como algo insignificante (MATÃO et al., 2016).

Na prisão feminina há um aumento da vulnerabilidade social, individual, financeira e programática, dificultando o acesso aos serviços de saúde. Diante disso, essa população à margem da sociedade enfrenta o distanciamento familiar e social como um todo, vivendo em um ambiente mórbido, excessivamente habitado, agressivo e com a assistência precária à saúde (LEAL et al., 2016).

2 JUSTIFICATIVA

Dado este cenário, é de extrema relevância ponderar as adversidades que as mães presidiárias enfrentam ao amamentar, uma vez que poucos estudos abordam sobre essa população que é negligenciada e excluída da sociedade, mas que assim como todas as outras enfrenta dificuldades acerca da maternidade e do aleitamento. Para a maioria dessas mulheres, o ato de amamentar pode simbolizar o único benefício a ser ofertado para seus filhos.

3 OBJETIVO

3.1 OBJETIVO GERAL

Frente ao exposto, o objetivo do presente trabalho é verificar e compreender quais são as dificuldades enfrentadas no processo de amamentação por mães que se encontram presas no sistema carcerário.

3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Expor as condições estruturais que as lactantes enfrentam no sistema prisional;
- Abordar sobre a assistência prestada por profissionais da saúde às nutrizes encarceradas;
- Destacar a importância da amamentação para a criança e para a lactante em situação de cárcere.

4 MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa (RI), sendo está caracterizada por realizar análise de dados e sintetizar os resultados das pesquisas de forma sistematizada, para que assim, seja possível ter uma melhor tomada de decisão. (SILVA et al., 2017). O processo de elaboração da RI conta com seis fases (DYNIEWICZ, 2014), sendo respectivamente: Identificação do tema e seleção da pergunta norteadora: é uma das principais fases para nortear a revisão integrativa; busca ou amostragem na literatura: realiza a busca dos estudos em bases eletrônicas e/ou periódicos impressos; coleta de dados: para extração de dados dos estudos selecionados, onde é fundamental a utilização de um instrumento previamente estruturado; análise crítica dos estudos incluídos: para a análise dos aspectos de cada estudo; discussão dos resultados: por meio de interpretação e síntese dos resultados se compara os dados exibidos na análise dos artigos ao referencial teórica e por último a apresentação da revisão integrativa: deve ser de forma objetiva e integral para uma análise crítica do leitor, além da composição de um documento com as fases elaboradas e os resultados encontrados.

A pergunta norteadora foi elaborada conforme estratégia PICO (CARDOSO et al., 2019). Sendo, População= mulheres lactantes, Intervenção= relação mãe e filho/ saúde da mulher e Contexto= situação de cárcere/ prisão. A qual ficou definida: Como ocorre o processo de aleitamento materno para mulheres que se encontram em situação de cárcere?

O estudo foi realizado na Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, Brasil, no qual realizou-se uma busca bibliográfica acerca de publicações no período de 2015 a 2020, a partir das bases de dados: Lilacs, BVS e Scielo, utilizando os seguintes descritores: “Aleitamento Materno”; “Prisões”; “Relações Mãe-Filho” e “Saúde da Mulher” localizados no DeCS (descritores em Ciências da Saúde). Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: estudos primários no idioma português, disponíveis na íntegra abordando a temática do projeto e indexados nos referidos bancos de dados.

Inicialmente, por meio da busca com os descritores foram identificados 194 artigos, sobre os quais realizou-se a primeira seleção visando retirar os trabalhos em duplicidade nas bases de dados, assim foram excluídos 6 artigos. Em seguida, realizou-se a escolha pelos títulos, que resultou em 21 publicações selecionadas.

Após a leitura dos resumos, foram excluídos 7 que não abordavam o tema compatível ao pesquisado. Restaram 14 artigos, os quais foram lidos na íntegra e, posteriormente, houve a exclusão de 4 artigos que não atendiam ao objetivo. O estudo foi finalizado com a inclusão de 10 artigos.

Figura 1: Organograma do processo de obtenção de corpus.



Fonte: Figura criada na plataforma Vennage.

A apresentação dos resultados foi realizada por meio de um quadro, com dados referentes aos títulos; autores/ano; sujeitos da pesquisa; tipo do estudo/instrumentos da pesquisa e resultados das pesquisas.

5 RESULTADOS

A apresentação dos resultados foi ilustrada no quadro 1, com o objetivo de sintetizar as principais características metodológicas e os resultados dos 10 artigos elegíveis.

Quadro 1: Síntese dos artigos selecionados.

Título	Autor/Ano	Sujeitos de pesquisa	Tipo do estudo/ Instrumentos da pesquisa	Resultados das pesquisas
Aleitamento materno no sistema penitenciário: sentimentos da lactante.	MEDEIROS et al. 2020.	Lactantes na faixa etária entre 21 e 32 anos, reclusas no sistema penitenciário do município de Salvador.	Estudo descritivo, exploratório e qualitativo, realizado por entrevista semiestruturada.	As lactantes sabem da importância do AM, apesar do ambiente hostil. Entretanto, há o sentimento de tristeza pelo conhecimento do futuro rompimento dessa relação.
Percepção sobre a importância do aleitamento materno pelas mães e dificuldades enfrentadas no processo de amamentação.	MORAES et al. 2020.	Mães de crianças registradas em UBS de Coari- Amazonas, Brasil.	Estudo descritivo, transversal de natureza quantitativa, realizado por entrevista semiestruturada.	O público demonstrou ter consciência sobre o quão importante é o AM.
Maternidade e amamentação no cárcere: o desafio adicional para a efetivação de direitos das mulheres presas.	BESSA; ANDRADE & SILVA. 2020.	Mulheres encarceradas, em fase de gravidez e amamentação.	Estudo qualitativo, realizado por pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo.	As mulheres em situação de cárcere enfrentam vulnerabilidades, violação de direitos e preconceitos. Assim, o AM, bem estar, entre outros, são prejudicados.

<p>Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil.</p>	<p>CHAVES & ARAÚJO. 2019.</p>	<p>Mulheres gestantes e lactantes no CRGPL.</p>	<p>Estudo qualitativo realizado por entrevista semiestruturada e aplicação de questionários estruturados.</p>	<p>As gestantes e recém-mães apresentam perspectivas positivas acerca dos cuidados de saúde. Entretanto, determinados problemas que ocorrem no CRGPL são fontes de inúmeros sofrimentos.</p>
<p>Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão.</p>	<p>MATOS; SILVA & NASCIMENTO .2019.</p>	<p>Gestantes e mulheres que pariram enquanto encarceradas, com filhos de até seis meses de idade.</p>	<p>Estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, realizado por entrevistas grupais, analisadas pelo software Iramuteq.</p>	<p>Ressalta a importância de compreender as dificuldades que cercam a maternidade no cárcere, assim como suas problemáticas. Aponta a necessidade de aprimorar a atenção e cuidado por parte dos profissionais da saúde e gestores.</p>
<p>Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas.</p>	<p>GUIMARÃES et al. 2018.</p>	<p>Nutrizes com seus filhos em privação de liberdade no Estado de Pernambuco.</p>	<p>Estudo qualitativo realizado por entrevista semiestruturada.</p>	<p>O AM ocorre em locais insalubres. A mãe sofre pressão psicológica, pois se não amamentarem ocorre a ruptura forçada ou o sistema prisional faz essa separação a partir dos 6 meses.</p>
<p>Significando o amamentar na prisão.</p>	<p>MARIANO & SILVA. 2018.</p>	<p>Mulheres gestantes e nutrizes que permaneciam com seus filhos no contexto prisional no Estado de São Paulo.</p>	<p>Estudo qualitativo realizado por entrevista semiestruturada.</p>	<p>Ao manter o filho junto com a mãe no contexto prisional, a mulher encontra uma reparação afetiva e social. A amamentação traz o apego e a construção de um relacionamento. Entretanto, as lactantes sofrem em saber que irá ocorrer uma ruptura.</p>

Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina.	FERREIRA et al. 2017.	Presidiárias que estão ou estiveram grávidas durante o período de detenção no município de Teresina/PI.	Estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa, realizado por entrevista semiestruturada.	Embora o enfermeiro esteja presente na assistência pré-natal e puerperal das presidiárias, verifica-se a falta de assistência humanizada.
Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho.	MATÃO et al. 2016.	Presidiárias no período puerperal e funcionários da penitenciária em Goiânia.	Estudo descritivo com abordagem qualitativa, realizado por entrevista aberta e utilização de formulário para registro socioeconômico.	Há falta de estrutura para manter o bebê junto com a mãe. Os funcionários fazem o possível para melhorar este ambiente, além de suprirem as carências que ocorrem diariamente no cotidiano prisional.
O significado da maternidade para presidiárias.	OLIVEIRA; COSTA & MIRANDA. 2015.	Mulheres reclusas no Sistema Penitenciário do Estado da Paraíba.	Estudo descritivo com abordagem qualitativa, realizado por pesquisa e entrevista semiestruturada. Utilização de Questionário sociodemográfico.	As mulheres em privação de liberdade perdem o vínculo familiar e social. A maternidade gera uma reinserção considerado por grande parte destas mulheres uma benção divina.

Fonte: Quadro criado na plataforma Excel.

Legenda:

AM: Aleitamento materno.

UBS: Unidade básica de saúde.

CRGPL: Centro de referência à gestante privada de liberdade.

6 DISCUSSÃO

Dos assuntos identificados na análise temática dos estudos selecionados, grande parte expôs o fato de que as condições estruturais enfrentadas pelas lactantes no sistema prisional interferem diretamente no processo de aleitamento materno. Isto pode ser observado no estudo de (GUIMARÃES et al., 2018) que evidenciou as precárias instalações do ambiente em que as mães estão inseridas com seus filhos, sendo este superpopuloso, de pouca interação social e de caráter autoritário, resultando em exaustão materna e prejudicando o AM. Do mesmo modo, (MATOS; SILVA & NASCIMENTO, 2019) detectaram em suas amostras que as relações entre o binômio mãe-filho sofrem influências negativas, devido ao ambiente hostil, violento, deprimente e desamparado.

Outro ponto levantado acerca dos desafios que as nutrizes do sistema carcerário encaram, é a ausência de qualificação na assistência prestada pelos profissionais. (FERREIRA et al., 2017) demonstram a partir dos dados coletados a desumanização do atendimento e o preconceito sofrido por essa população, devido às suas condições de vida, estes fatos impactam de forma prejudicial no vínculo entre paciente e profissional, podendo ecoar na saúde de mãe e filho. No entanto, (MATÃO et al., 2016), por meio de entrevistas com funcionários da penitenciária, constatou a presença de preocupação e empatia com a díade, na medida que estes profissionais tentam oferecer afago para contornar a situação em que seus pacientes se encontram, facilitando a atuação da maternidade.

Durante a análise, foram destacados os sentimentos das nutrizes em meio ao cárcere, e os autores concordam que, diante aos dados, há emoções positivas e negativas em relação à amamentação. Para (MEDEIROS et al., 2020); (MARIANO & SILVA, 2018); (CHAVES & ARAÚJO, 2019) e (OLIVEIRA; COSTA & MIRANDA, 2015) as mulheres presidiárias sentem que ao amamentar há uma construção de vínculo e fortalecimento de laços, proporcionando conforto e bem-estar, além de que o ato de amamentar concede à detenta apoio emocional e uma nova visão de vida. Entretanto, este vínculo também acarreta em medo, sofrimento e fragilidade, podendo levar ao desmame precoce e muitas vezes à renúncia do direito de amamentar, por terem ciência de que haverá um rompimento no elo entre mãe e filho. Além do mais, esses sentimentos negativos podem interferir fisiologicamente no manejo da amamentação, não atendendo as necessidades nutricionais do bebê.

No que diz respeito à importância da amamentação no cárcere, (ANDRADE; BESSA & SILVA, 2020) apontam que o aleitamento materno traz benefícios para o binômio em aspectos fisiológicos, psíquicos e emocionais. Sob o mesmo ponto de vista (MORAES et al., 2020), afirmam que a prática do AM possui diversas vantagens para a saúde de mãe e filho, sendo este capaz de nutrir, prevenir doenças, diminuir a mortalidade infantil, contribuir para o desenvolvimento do bebê e auxiliar no puerpério.

As limitações do estudo estão relacionadas a complexidade da amamentação em cárcere, há pouca literatura acerca do assunto, além disso, é rodeado de preconceitos. O presente trabalho abre novas perspectivas para o estudo de outros temas acerca da saúde e dos direitos das mulheres em privação de liberdade. A amamentação é apenas uma das incontáveis questões a serem discutidas em meio as vulnerabilidades enfrentadas no ambiente prisional.

Espera-se, por meio desse estudo, incentivar e contribuir com a elaboração de outros trabalhos voltados a esta população. Desta forma, será possível expor as necessidades e as dificuldades da amamentação enfrentadas no cárcere aos órgãos competentes pela elaboração de políticas públicas de saúde e aos profissionais responsáveis pela assistência, promovendo práticas integrais e humanizadas e podendo garantir assim melhores condições de vida ao binômio.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amamentação está presente no contexto da saúde da mulher independente da condição social, inclusive daquelas que estão em privação de liberdade. Constatou-se a partir dos estudos realizados a dificuldade da mulher presa em promover o aleitamento materno, sendo estes por fatores políticos, assistenciais e sociais.

Identificamos que apesar do ambiente hostil, desestruturado e violento, a maioria das mães anseiam em amamentar e ficar com seus filhos, pois este se torna o único vínculo familiar e social capaz de confortá-la e trazer esperanças de um futuro melhor. Para que este desejo materno seja exercido de forma eficaz, verifica-se a necessidade de uma fiscalização mais rígida das políticas públicas a fim de que a detenta tenha acesso a todos os seus direitos.

O preconceito sofrido pelas detentas é evidente, tanto pela sociedade quanto pelos próprios profissionais que prestam assistência, desta forma, o AM se torna algo penoso e de difícil continuidade, uma vez que essas mulheres não possuem uma relação de confiança, se sentem desamparadas e sem informações básicas acerca do manejo do aleitamento. Com a intenção de mudança deste cenário, é preciso que ocorra uma qualificação profissional desde a instituição superior de ensino voltada à população marginalizada, visando em um atendimento mais humanizado e ético.

Ao decorrer deste trabalho foi perceptível a escassez de estudos sobre o tema, desta forma, espera-se que esse estudo possa contribuir para chamar atenção da necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas acerca da temática, a fim de viabilizar mudanças no cenário atual das mulheres que se encontram em situação de cárcere e, que concomitantemente, desejam realizar um processo de amamentação adequado para o desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS

- 1- ANDRADE, D. A.; BESSA, L. S.; SILVA, B. M. Maternidade e amamentação no cárcere: o desafio adicional para a efetivação de direitos das mulheres presas. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 476–493, 2020. <http://dx.doi.org/10.17564/2316-3801.2020v8n3p476-493>. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/9684>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- 2- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18.ed. Brasília, DF: Senado, 1988. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990a. Seção Disponível em: <http://prattein.com.br/home/images/stories/Saude/Lei-org-saude.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 3- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria N° 1.777, de 09 de setembro de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/pri1777_09_09_2003.html. Acesso em: 23 mar. 2021.
- 4- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional**, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.
- 5- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional**, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.
- 6- BRASIL. **Lei N° 11.942, de 28 de maio de 2009. Lei da Execução Penal**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11942.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.
- 7- BRASIL. **Lei N° 7.210, de 11 de junho de 1984. Lei da Execução Penal**. Brasília, DF, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.
- 8- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria N° 210, de 16 de janeiro de 2014**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 30 nov 2021.
- 9- CARDOSO, V. et al. Revisão sistemática de métodos mistos: método de pesquisa para a incorporação de evidências na enfermagem. **Texto contexto-Enferm**, Rio Grande do Sul. v. 28, p. 01-12, e20170279, 2019. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0279>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/cdtWcRPyyZVPqbsJkzwGRWP/?lang=pt#>. Acesso em: 30 abr. 2021.

- 10- CHAVES, L. H.; ARAÚJO, I. C. A. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-22, e300112, 3 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312020300112>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312020000100608. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 11- DYNIEWICZ, A. M. **Metodologia da Pesquisa em Saúde para Iniciantes**. 3. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014. p. 249.
- 12- FERREIRA, L. S. et al. Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina. **Rev. Cubana Enfermer**, Havana, v. 33, n. 4, p. 776-792, e1191, 2017. Disponível em: <http://www.revenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/1191>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 13- GUIMARÃES, M. L. et al. Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas. **Texto contexto-Enferm**, Florianópolis, v. 27, n. 4, p. 1-11, e3030017, 03 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018003030017>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400317&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 14- LEAL, M. C. et al. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciência. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2061-2070, jul. 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>. Disponível em: [scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000702061&script=sci_abstract](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000702061&script=sci_abstract). Acesso em: 30 nov. 2020.
- 15- MARIANO, G. J. S.; SILVA, I. A. Significando o amamentar na prisão. **Texto contexto - Enferm**, Florianópolis, v. 27, n. 4, p. 1-11, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018000590017>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-07072018000400312&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 16- MATÃO, M. E. L. et al. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho. **Rev. Enferm. Centro- Oeste Min**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 2235-2246, 2016. <https://doi.org/10.19175/recom.v6i2.984>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/controlcancer/resource/pt/lil-794265?src=similardocs>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 17- MATOS, K. K. C.; SILVA, S. P. C.; NASCIMENTO, E. A. Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 23, p. 1-12, e180028, 2019. <https://doi.org/10.1590/interface.180028>. Disponível em: [scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100252](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100252). Acesso em: 30 nov. 2020.

- 18- MEDEIROS, A. N. et al. Aleitamento materno no sistema penitenciário: sentimentos da lactante. **Rev. Ciênc. Plur**, Pernambuco, v. 6, n. 1, p. 18-31, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1052611>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 19- MORAES, I. C. et al. Percepção sobre a importância do aleitamento materno pelas mães e dificuldades enfrentadas no processo de amamentação. **Rev. Enf. Ref**, Coimbra, v. 2, n. 2, p. 1-7, e19065, abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.12707/RIV19065>. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserVn2/vserVn2a09.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 20- OLIVEIRA, L. V.; COSTA, G. M. C.; MIRANDA, F. A. N. O significado da maternidade para presidiárias. **Rev. Enferm. UFPE on line**, Recife, n. 9, p. 851-857, fev. 2015. <https://doi.org/10.5205/reuol.6391-62431-2-ED.0902supl201511>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1022810>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 21- SANTOS, R. M. A. et al. Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, ano 2017, v. 52, p. 1-7, 25 jun. 2018. <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2017024503338>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342018000100423&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2020.
- 22- SILVA, N. M. et al. Aspectos psicológicos de pacientes estomizados intestinais: revisão integrativa. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 25, p. 1-11, e2950, 11 dez. 2017. <http://doi.org/10.1590/1518-8345.2231.2950>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692017000100608&lng=p&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2020.